

---

## Sororidade e empatia: uma política feminista dos afetos em rede<sup>1</sup> Ana Beatriz Rangel Pessanha da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem o objetivo de investigar o emergente discurso da sororidade e da empatia no movimento feminista contemporâneo e as experiências de associações de mulheres nas redes para transformar, por meio da colaboração ativa, a condição feminina. Os objetos de análise, artigos de revistas, jornais, projetos digitais e narrativas compartilhadas em rede concentram-se no período de 2016 a 2019. O eixo de reflexão proposto procura situar essas experiências narrativas em relação ao debate sobre os feminismos e a politização do conceito de empatia, mostrando os limites desses discursos. Os objetos de estudo e sua localização no debate teórico e popular dos feminismos procuram analisar a recorrência dessa estratégia discursiva como amparo ético das relações e os velhos dilemas e impasses do feminismo que são atualizados nessa nova configuração sociotécnica dos afetos.

**PALAVRAS-CHAVE:** feminismos; rede; política; cibercultura; lutas identitárias; comunicação.

Em março de 2016, o jornal *O Globo* publicava uma matéria<sup>3</sup> que informava aos seus leitores sobre a emergente popularidade de uma palavra que ainda não está presente nos dicionários tradicionais de língua portuguesa: sororidade. A “descrição corrente na internet” apurada pela jornalista que assina a reportagem conceitua o termo como “uma espécie de pacto entre mulheres relacionado às dimensões ética, política e prática do feminismo contemporâneo. Ou, simplesmente, uma aliança baseada na empatia e no companheirismo”. A empatia, palavra que tem sido usada à exaustão para denominar a capacidade afetiva e emocional de se colocar no lugar do outro como uma espécie de salvação para impasses políticos do nosso tempo também aparece como uma habilidade necessária dentro do próprio movimento feminista, de acordo com a tal descrição da

---

1. Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gênero, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2. Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ. E-mail: beatrizpess.ana@gmail.com.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/sororidade-substantivo-feminino-18959230>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

---

sororidade.

O dicionário *Priberam* já registra a palavra com a descrição: “Relação de união, de afeição ou de amizade entre mulheres, semelhante à que idealmente haveria entre irmãs/União de mulheres com o mesmo fim, geralmente de cariz feminista.” Naquele mesmo mês, como relata a reportagem, o termo tinha chegado ao pico de popularidade de pesquisas na web, de acordo com o Google Trends, fenômeno que voltou a acontecer em maio de 2016 — não por acaso, o mês em que se intensificaram as manifestações feministas com a determinação do afastamento provisório da presidente no processo de impeachment. A recente popularidade do conceito em português é atribuída à “nova onda” feminista; no entanto, as traduções para o inglês e o francês tiveram sua força durante os anos 1970, nas experiências norte-americana e europeia da segunda vaga do movimento. De acordo com a pesquisadora Suely Gomes Costa, no artigo “Onda, rizoma e ‘sororidade’ como metáforas”, embora o conceito tenha alimentado muitas práticas do movimento feminista do mesmo período no Brasil, a palavra não encontra registro na produção intelectual feminista da época, com exceção de um artigo de Lia Zannota Machado no início dos anos 1990. Na produção francesa, por sua vez, a noção de sororidade já passava por uma revisão crítica nos anos 1980, quando Françoise Collin, diretora da publicação *D’amour et de raison*, organizou uma coletânea de textos dedicados a um seminário que reuniu 300 feministas voltadas para a crítica da ideia e da prática da sororidade. A intelectual francesa argumenta que tal solidariedade essencial feminina baseia-se numa “ilusão da harmonia e da homogeneidade entre mulheres, assim como a ilusão da identidade absoluta entre privado e político, considerando a evidência de que as mulheres se diferenciam e conflitam entre si (...) e que o inimigo político que é o homem pode ser amado” (COLLIN apud COSTA, 2009, p. 13).

Esse tipo de crítica estava no bojo das reflexões propostas pela terceira geração de intelectuais feministas que a partir dos anos 1980 começavam a questionar a unidade da categoria mulher e os “nós” fictícios construídos a partir de uma noção de sujeito revolucionário. Apesar de o movimento no Brasil não ter formalizado esse processo de reavaliação da noção de sororidade, de acordo com Costa, o período da redemocratização demonstrou na prática os antagonismos marginalizados por uma suposta coesão identitária em oposição ao governo totalitário. A partidarização dos movimentos sociais provocada pela nova conjuntura democrática foi um dos contextos

de acirramento desses antagonismos, assim como uma profunda crise entre as esquerdas e os feminismos, verificada também no âmbito internacional, além da cisão que organiza o movimento de mulheres negras e movimento de mulheres lésbicas — questões divisórias que permanecem até hoje e para as quais se demanda mais “empatia” para estabelecer o diálogo e o consenso. As divisões internas das mobilizações feministas, intensificadas pelo aprofundamento das reflexões sobre raça, sexualidade e colonialismo, permaneceram produzindo efeitos desde o final do século XX, mas a noção de sororidade reemergiu com força nas narrativas de gênero elaboradas em rede pela mais recente vaga feminista. Seria uma particularidade do contexto brasileiro por não ter formalizado o movimento de crítica observado nos feminismos do norte global — e influenciado também pelo debate da empatia como solução político-afetiva para o presente? Ou a tecnologia da conexão em rede teria reacendido a possibilidade desses agenciamentos solidários, dando um novo estatuto a um velho conceito identitário feminista?

Apesar do novo elemento disruptivo das técnicas de organização em rede, a sororidade como uma possível base de ação ética para as práticas feministas apresenta uma linha de continuidade com os feminismos da segunda onda, que tinha como um de seus lemas mais emblemáticos “O pessoal é político”. A proposta de irmandade entre mulheres trata precisamente desse aspecto presente no lema: politizar o afeto ou criar um afeto, no lugar onde havia uma rivalidade, com o objetivo de elaborar uma aliança política estratégica para a oposição à dominação de gênero. Os grupos de consciência ou grupos de reflexão foram práticas muito comuns no movimento durante os anos 1970 que forjaram essa noção de sororidade e do que hoje seria considerada uma “escuta empática” de outras mulheres. Segundo Suely Gomes Costa, o roteiro das *bitch sessions*, também reproduzidas no Brasil, destinava-se a registrar as circunstâncias comuns de vidas femininas pensadas como semelhantes, submetidas ao mesmo inimigo político comum: o patriarcado. A pedagogia elaborada nos encontros pretendia desvendar processos íntimos que nunca antes foram pensados na sua dimensão política e coletiva.

Conforme argumenta Yasmine Ergas no seu artigo sobre o assunto, essas práticas baseavam-se na crença de que as mulheres tinham de alguma forma sido privadas do seu “eu real” por causa da opressão social e que, por meio da experiência terapêutica de relatar seus traumas e pela tomada de consciência política, poderiam

alcançar uma forma autêntica de subjetividade (ERGAS, 1995, p. 598). A construção dessa imagem da mulher coletiva vitimada por sofrimentos e dilemas comuns, segundo Costa, formou a base do reconhecimento das causas sociais da opressão que poderiam ser superadas pelo feminismo. Tal percepção de que as mulheres compartilham um tipo de sofrimento particular que pode ser, ao menos parcialmente, superado por uma aliança coletiva foi uma das motivações principais de um dos movimentos contemporâneos que mais têm sido associados à noção de sororidade. O projeto “Vamos juntas?”, criado pela jornalista Babi Souza em junho de 2015, incentiva as mulheres a buscar a companhia de outras mulheres, mesmo que desconhecidas, quando sentirem medo ao andarem sozinhas nas ruas.

Quando criou a página do Facebook do movimento, a jornalista convocou o público feminino a enviar seus relatos de momentos em que a presença de outra mulher em um espaço público fez com que elas se livrassem de um assédio ou, ao menos, do medo de sofrer um assédio. O primeiro post da página divulgando a ideia ganhou mais de cinco mil curtidas em 24 horas, número que dobrou em 48 horas. Em 2019 a página alcançou mais de 450 mil seguidores. A resposta massiva obtida pela proposta fez com que o movimento se tornasse praticamente uma marca — no mesmo ano de lançamento do projeto, Babi Souza criou a Bertha Comunicação, empresa focada em impulsionar negócios de mulheres por meio da comunicação digital, e a página oficial do movimento ganhou uma loja virtual que vende produtos com o lema “Vamos juntas”. Em 2016 a editora Record lançou um livro contando a experiência do projeto, intitulado *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*, escrito pela própria jornalista, que conta como surgiu a motivação para o primeiro post que daria origem ao movimento, num dia em que saía tarde do trabalho e tentava encontrar o caminho mais seguro para chegar em casa:

Foi quando percebi a triste realidade: era inútil tentar encontrar o percurso mais seguro. As minhas duas opções eram ruins, porque era tarde e, principalmente, porque sou mulher. Fui tomada por um sentimento de desesperança muito grande. “Que coisa triste é ser mulher!”, esbravejei. Por alguns instantes me perguntei o que eu poderia fazer para garantir meu direito de andar livremente na rua; como conseguiria viver o tempo todo com essa preocupação? Cheguei a pensar em trabalhar de casa, apenas para tentar me livrar do medo de ser assediada, assaltada ou, principalmente (o pior medo de todos), violentada. (SOUZA, 2016, p. 15)

O relato de Babi Souza demonstra a percepção de que as mulheres compartilham um afeto em comum: o medo. Medo de andar nas ruas sozinha e ser assediada e o medo da violação sexual, este último praticamente uma particularidade da condição feminina, já que os casos de estupro vitimam predominantemente mulheres. O medo da violação sexual se torna quase um afeto compartilhado biologicamente, uma vulnerabilidade intrínseca do corpo feminino, sendo o desafio de transformar essa percepção, no entanto, uma tarefa da construção social. A jornalista chega à conclusão de que, se as mulheres compartilham um medo, poderiam também compartilhar o compromisso ético de colaborar umas com as outras para se proteger de um inimigo em comum: a sociedade patriarcal que distribui desigualmente o risco de sofrimento entre homens e mulheres. A centralidade do afeto do medo como um motivador para o questionamento político sobre a condição feminina pode ter, no entanto, uma raiz em certa mudança nas formas de narrar o sofrimento no espaço público.

No artigo “Risco e retórica das imagens de sofrimento”, os pesquisadores Paulo Vaz e Janine Cardoso apontam para o possível surgimento de uma nova retórica para a exposição do sofrimento e novas formas de explicar suas relações de causalidade. Ao analisarem a cobertura midiática de crimes e catástrofes, os autores notam que as narrativas dão ênfase ao “direito de cada indivíduo a uma rotina segura e prazerosa, ameaçado pela incompetência e descaso dos que ocupam os cargos públicos” (2011, p. 144). Se na modernidade a causa do sofrimento era localizada numa estrutura social desigual ou no “sistema capitalista”, a retórica contemporânea tende a encontrá-la na negligência dos governantes e dos funcionários públicos. Para Vaz e Cardoso, o tipo de desejo que nos fazia acreditar em um mundo ideal, realizado por uma crença religiosa na vida eterna pós-morte ou pela utopia comunista de uma sociedade totalmente igualitária, continua em operação, agora na forma da presentificação do ideal — nesse caso, um mundo onde todos os indivíduos podem ter uma rotina absolutamente segura. Seria colocada em jogo outra percepção do justo — perde hegemonia o desejo por condições de vida em comum com ênfase na igualdade e na liberdade, em favor do desejo da rotina segura e prazerosa. Os autores argumentam que essa presentificação do ideal opera pela aplicação da lógica do risco, que delimita imediatamente o poder da ação humana para evitar o acontecimento negativo.

No relato de Babi Souza sobre o medo do assédio ou mesmo do crime comum de assalto fica clara tal lógica do risco que reivindica o direito essencial a uma rotina segura. Ao perceber, no entanto, que naquela situação esse era um afeto comum e particular da condição feminina, sua narrativa destacou o caráter político do fato, recolocando o fator estrutural da desigualdade de gêneros na equação — um efeito da intensa produção de discursos feministas já em curso no ano de 2015. Haveria um refluxo do pensamento moderno reativando a relação de causalidade localizada na estrutura socioeconômica? Provavelmente, o fenômeno não se explica nem por continuidade, nem por ruptura. Uma narrativa feminista moderna talvez concentrasse sua crítica mais na violação sexual efetiva do que no *medo* da violência, e em relação à estrutura social responsável por ela seria ressaltado o aspecto da desigualdade econômica a ser superada. A relação de causalidade macroestrutural permanece nos discursos contemporâneos; entretanto, a ênfase concedida aos efeitos íntimos da dominação transforma seu estatuto. A estrutura social deixa de ser responsável apenas pela distribuição igual ou desigual dos recursos que permitem uma vida digna, ou mesmo feliz, e passa a ser responsável também pela gestão mal ou bem-sucedida das emoções dos indivíduos. A solução, no entanto, não está em um futuro revolucionário.

No caso da narrativa elaborada pela criadora do “Vamos juntas?”, a solução está em, através da base ética da sororidade e da “atitude empática”, reorganizar politicamente os afetos entre as mulheres, possibilitando uma colaboração estratégica. Apesar da proposta principal autônoma, o movimento não deixa de se posicionar diante do Estado por meio de propostas micropolíticas. Em 2016, o movimento organizou uma petição online para reivindicar que o direito das mulheres de descer fora dos pontos determinados dos ônibus torne-se uma legislação com abrangência nacional. Esse direito já é garantido nas cidades de Brasília e São Paulo e em outros municípios do interior do país.

Outras iniciativas têm surgido baseadas na noção de irmandade e empatia entre mulheres para criar estratégias micropolíticas alternativas à estrutura social que seria responsável pela posição subalterna feminina. Em março de 2016, a jornalista Suide Kintê criou na Bahia o projeto “Mais amor entre nós”,<sup>4</sup> uma plataforma online destinada

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/projeto-mais-amor-entre-nos-troca-de-servicos-entremulheres>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

a conectar mulheres que desejam trocar serviços gratuitamente entre si. Como na experiência do “Vamos juntas?”, o movimento surgiu a partir de um post no Facebook feito pela jornalista oferecendo serviços de graça para outras mulheres durante uma hora por dia. A proposta ganhou rápida adesão na rede e tornou-se uma plataforma atuante na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro, e, Brasília, no Acre, na Argentina, na Espanha e em Londres. Os serviços trocados passam pelas mais variadas atividades: aula de inglês, faxina na casa, assistência jurídica ou uma hora cuidando de um bebê. As mulheres podem buscar pela *hashtag* #maisamorentrenos para encontrar os serviços que desejam ou anunciar sua disponibilidade. Um site e um espaço físico de interação e serviços gratuitos foram desenvolvidos para conectar de forma mais eficiente quem deseja aderir ao movimento. A descrição oficial do projeto na página do Facebook define a proposta como uma “corrente feminista” com o objetivo de “praticar a generosidade entre mulheres”. Segundo Suide Kintê, “sororidade é coisa antiga que mulher sempre fez”. Em entrevista à revista *TPM*, a jornalista declarou que a plataforma destina-se somente às mulheres porque elas são um “sujeito mercantilizado”, um “grupo vulnerável”, sobretudo as mulheres negras. Ela destacou a “desigualdade do sistema capitalista” como uma das motivações para criar o modelo de colaboração feminina. A experiência do projeto “Mais amor entre nós” revela a tentativa de criar, a partir de uma ética de circulação de afeto entre as mulheres — percebida como uma característica essencial da sociabilidade feminina —, um micromodelo econômico fundamentado na colaboração e entendido como mais justo que sistema hegemônico.

A rede de colaboração formada pelo movimento deu origem a outros projetos independentes que seguem a mesma proposta de ação amparada pelo conceito de sororidade. Em abril de 2016, incentivada pela campanha “Mais amor entre nós”, a advogada Laina Crisóstomo, de Salvador, anunciou em sua página pessoal do Facebook que ofereceria atendimento jurídico gratuito, uma vez por mês, a mulheres vítimas de violência doméstica. Em pouco tempo, a postagem teve centenas de compartilhamentos, e, percebendo a intensa demanda pelo serviço, a advogada se uniu a outras voluntárias para criar o projeto “TamoJuntas”, expandindo esse tipo de assistência jurídica. As advogadas voluntárias acompanham as mulheres na ida à Delegacia de Atendimento à Mulher para formalizar queixa, fazem o requerimento da medida protetiva e dão encaminhamento ao processo na vara criminal. Como os casos geralmente envolvem mulheres com filhos, é feito também um acompanhamento na vara de família, dando

---

entrada nas ações de pensão alimentícia, requerimento de guarda, partilha de bens e o próprio divórcio.

A página oficial do projeto no Facebook já conta com mais 74 mil seguidores e recebe uma alta demanda não só de mulheres procurando assistência jurídica, mas também de advogadas e de estudantes de direito que desejam participar colaborando com o serviço. Outras profissionais, como psicólogas e assistentes sociais, estão começando a participar do projeto, que pretende oferecer, futuramente, um acompanhamento multidisciplinar para tratar a violência, já que a Lei Maria da Penha tem a proposta de um atendimento mais abrangente para recuperar as mulheres que sofreram com agressões de seus parceiros. As organizadoras pretendem expandir o “TamoJuntas” para vários estados e criar uma rede de ajuda para mulheres vítimas da violência e já começaram a atender mulheres em parceria como o projeto “Mais amor entre nós”. Em entrevista<sup>5</sup> ao jornal *O Estado de São Paulo*, a advogada que deu origem à iniciativa atribui ao feminismo, que tem encorajado as mulheres a denunciar as agressões, o aumento do número de registros de casos.

O surto do zika vírus no Brasil também mobilizou o sentimento de sororidade entre as mulheres, o que deu origem a ações colaborativas para auxiliar as mães que passam pela experiência de ter um filho com microcefalia, doença provocada pela infecção do zika durante a gravidez. A plataforma “Cabeça e coração”, criada pela jornalista Maria Clara Vieira, pela estudante Maria Julia Vieira e pela economista Cida Nicolau, reúne contato e fotos de mães de bebês com microcefalia que precisam de doações e serviços. A página “Microcefalia vamos ajudar?”, criada por Roberta Cerantula, seguiu a mesma proposta, mobilizando dezenas de pessoas a doar artigos de necessidades específicas para essas famílias e produtos em geral, que seriam vendidos e se converteriam em dinheiro para as famílias no que fosse necessário. Em Recife, as psicólogas Anthiele Martins e Julliene Salvino criaram o projeto “Mainha – mães de bebês com microcefalia”, um grupo com finalidade terapêutica para compartilhar a experiência da maternidade de um bebê atingido pela doença. Segundo as organizadoras, o objetivo dos encontros é elaborar e construir uma nova perspectiva frente ao diagnóstico recebido por essas mães, buscando aliviar sentimentos de angústia, medo e rejeição por meio da fala, da troca de experiências e da informação. A

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,projeto-leva-assistencia-juridicagratis-a-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica,10000064401>>. Acesso em: 3 fev. 2019.



reportagem<sup>6</sup> da revista feminista *AZmina* sobre os projetos desenvolvidos por mulheres para criar um círculo de ajuda para essas mães descreve as iniciativas como uma “grande rede de apoio material e emocional” que surge a partir da “empatia de uma mulher por outras”. A jornalista que assina a matéria destaca que, diante da ineficiência do Estado em prestar os serviços de assistência necessária às mães que passam pelo problema, “o que nos salva é a irmandade feminina”.

### **Empatia, lugar de fala e as problemáticas da sororidade dentro do movimento feminista**

Os exemplos trazidos ao longo desta reflexão mostram organizações políticas e afetivas baseadas no conceito de sororidade e empatia. No que tange a circulação dos discursos feministas, no entanto, esses conceitos provocam também disputas e conflitos relacionados às divisões de raça e classe entre mulheres do próprio movimento. A emergência do conceito de “lugar de fala” marca bem essa disputa narrativa nas redes. Na acepção popular ele ficou conhecido como a coincidência entre discurso e experiência — está autorizado a falar aquele que pertence ao grupo ao qual determinada experiência se refere.

Djamila Ribeiro — uma intelectual mais ativas nesse debate — argumenta, porém, que o conceito de lugar de fala se insurge contra um sistema de autorização discursiva que historicamente sempre legitimou a fala do homem branco ocidental e deslegitimou a fala dos grupos marginalizados socialmente. No livro *O que é lugar de fala*, a pesquisadora defende que todos têm seus lugares de fala e estão autorizados a falar, mas o que acontece é uma confusão entre lugar de fala e representatividade. Um discurso que coincide com experiência individual e social daquele fala tem representatividade, o que não significa que seja automaticamente superior àquele que não o faz. O que ela salienta é que não só quem se encontra entre grupos oprimidos socialmente precisa localizar seu discurso, mas também aqueles que se encontram entre grupos privilegiados e que, pretensamente, se acreditam falando a partir de uma localização universal.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://azmina.com.br/2016/07/mulheres-criam-rede-de-solidariedade-para-familias-debebes-com-microcefalia/>>. Último acesso: 5 fev. 2017.

A autora reconhece que a origem do termo lugar de fala é imprecisa e não possui uma epistemologia determinada, mas defende a hipótese de que seu surgimento está ligado à tradição do debate sobre o “ponto de vista feminista”. Djamila argumenta que, ao contrário do que dizem os críticos ao debate, ao falar de pontos de partida discursivos não se está colocando o foco apenas em experiência individuais, mas em “condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (RIBEIRO, 2017, P. 61).

A sororidade e a empatia entre mulheres com pontos de partida distintos seria, portanto, possível e necessária, porém, não estaria dada de antemão pela categoria “mulher”. Angela Davis, no livro *Mulheres, raça e classe*, traz exemplos históricos relevantes para pensar tais possibilidades. No artigo “O movimento antiescravagista e a origem dos direitos das mulheres”, a autora revela que o movimento antiescravagista dos Estados Unidos do século XIX recebeu vasto apoio das mulheres brancas. Segundo Davis, após a revolução industrial as mulheres perderam consideravelmente o prestígio que tinham relacionado ao caráter produtivo das atividades domésticas numa economia agrícola. O capitalismo havia introduzido uma ideologia da inferioridade feminina baseada no deslocamento da produtividade para fora do lar. A condição social das mulheres começou a se deteriorar e, frequentemente, tanto donas de casa quanto jovens operárias “evocavam a metáfora da escravidão quando tentavam expressar suas respectivas opressões” (DAVIS, 2016, p. 46). A luta pelo direito a educação foi outro campo em que mulheres negras e brancas se uniram. A autora mostra “exemplos marcantes de sororidade” quando mulheres brancas se arriscaram a ensinar crianças negras quando a abolição não havia sido ainda proclamada. O movimento sufragista, porém, mostrou diversas e graves influências do racismo. O argumento da conveniência era frequentemente utilizado, alegando que a presença de mulheres negras nas associações pelo sufrágio enfraqueceria o apelo da causa à opinião pública. O desenrolar da história, entretanto, mais que uma indiferença à questão racial, mostrou uma efetiva ligação da campanha pelo sufrágio nos EUA com as ideologias da supremacia branca. O argumento de que a concessão de voto às mulheres, associado ao critério do nível educacional, poderia suplantam quantitativamente a participação dos homens negros (que já conquistado o direito ao voto) era usado de forma recorrente na campanha e ajudou a conseguir o apoio da burguesia industrial. O argumento moral e

eugenista de que as mulheres eram as “mães da raça branca” e que tinham um importante papel na sua perpetuação também atuou como um golpe divisório fatal entre a luta de mulheres brancas e negras por direitos e nos possíveis laços de sororidade e empatia.

No contexto brasileiro atual, essas divisões de raça e classe também operam tensionamentos e rachaduras na suposta unidade solidária entre mulheres. Isso acontece muitas vezes pela “inocência” de alguns discursos que pretendem reunir a experiência de vulnerabilidade feminina a partir de uma suposta violabilidade comum ao corpo da mulher (como no caso do Vamos Juntas) desconsiderando os graus de vulnerabilidade associados ao acesso à cidade, do centro à periferia, e à violência policial, por exemplo, ligada às experiências de classe e territorialidade. Em uma entrevista concedida ao jornal *El país*, Djamila Ribeiro defende que é preciso fazer a relação entre cultura de estupro e colonização: “Uma pesquisa da Unicef chamada Violência Sexual mostra que as mulheres negras são as mais vitimadas por essa violência. Faz parte de uma estrutura. Se for pegar o contexto histórico do Brasil, a gente tem um país com mais de 300 anos de escravidão, uma herança escravocrata. E que no período da escravidão as mulheres negras eram estupradas sistematicamente pelos senhores de escravos.”<sup>7</sup>

Não é por acaso que alguns projetos criados dentro do movimento do feminismo negro estabelecem uma fronteira clara em relação a mulheres brancas, pois entendem ser crucial criar um espaço de específico de compartilhamento de algumas experiências. É o caso, por exemplo, do projeto Cine Quebrada,<sup>8</sup> realizado em Salvador, “feito por e para mulheres negras e LGBTs” e que não permite a participação de mulheres brancas e heterossexuais. O projeto “Prazer Mulher Preta”, criado pela terapeuta e bailarina Deva Kiran, também se volta para especificidade de um grupo social, destacado da categoria mulher, para trabalhar o empoderamento sexual da mulher negra. Segundo a terapeuta, o recorte racial é fundamental diante dos aspectos materiais da exclusão provocada pelo racismo: “Não adianta explorar só os conceitos do racismo, quando existe uma memória

---

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/14/politica/1468512046\\_029192.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/14/politica/1468512046_029192.html)>. Acesso em 20 jul 2019.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/cinequebradas>>. Acesso em 20 jul. 2019.

---

no seu corpo de abuso, negação, não aceitação, exclusão. Então trazer essas memórias do corpo para uma resolução potencializa”.<sup>9</sup>

A sororidade enquanto força de unidade entre as mulheres não parece ser suficiente para muitos grupos que sentem que suas lutas acabam sendo subalternizadas dentro de um feminismo protagonizado por pautas privilegiadas socialmente. Essas tensões estão sempre em operação. No início do ano de 2018, duas rappers brancas autoidentificadas como feministas lançaram um vídeo que reproduzia estereótipos violentos sobre homens negros e logo foram alvo de críticas pelas feministas negras e discussões acaloradas nas redes sociais. Os episódios de disputas narrativas nas redes revelam muito bem essas linhas divisórias e as tensões que o conceito genérico de sororidade muitas vezes apaga. No artigo “Não peçam sororidade de mulheres negras com racista”,<sup>10</sup> a ativista Flavia Ribeiro se refere aos ataques misóginos feitos à jornalista Raquel Scherazade, também em 2018, e deixa bem claro que, mesmo compartilhando com ela a condição de mulher, com direito de se manifestar e ser respeitada, os posicionamentos racistas manifestados em outras ocasiões pela jornalista a impediam de dirigir a ela qualquer afeto empático. A conexão que proporciona agenciamento solidário afetivo, também é capaz de acirrar as disputas pelo devido “lugar de fala” e revelar camadas mais complexas da configuração social das lutas identitárias. Sororidade e empatia encontram seus limites como uma utopia ética de discurso.

### **Considerações Finais**

As reflexões trazidas ao longo deste trabalho mostram as possibilidades e as fronteiras do emergente discurso da sororidade e empatia no movimento feminista contemporâneo. As experiências práticas de associações de mulheres nas redes buscam fazer circular afetos estrategicamente agenciados no ambiente digital para transformar politicamente, por meio da colaboração ativa, a condição do sujeito mulher na sociedade. Apesar de potentes, por representar uma forma de organização autônoma das possibilidades de ação coletiva, a recorrência do discurso da sororidade e da empatia

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://azmina.com.br/colunas/empoderamento-sexual-da-mulher-negra/>>. Acesso em 20 jul. 2019.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/sororidade-de-mulheres-negras-com-racista/>>. Acesso em 22 jul. 2019.

como amparo ético traz à tona velhos dilemas e impasses do feminismo. Nota-se que a reivindicação do afeto constituinte da sociabilidade feminina aparece quase como uma nova unidade essencial a ser colocada no lugar da “falsa consciência” da rivalidade, fabricada pelo patriarcado para enfraquecer as mulheres. A relação se torna de transcendência e não de imanência da circulação dos afetos. Assim como a “falsa consciência” da rivalidade seria um valor superior ao qual as mulheres estariam submetidas como sujeitos sem capacidade de agência, o reencontro com o valor da irmandade essencial opera segundo a mesma lógica, descolado das complexas contradições imanentes dos processos sociais. Donna Haraway, no ensaio “Manifesto ciborgue”, já alertava para esse contínuo movimento na história dos feminismos e das esquerdas, representado por inúmeras cisões e buscas de uma nova unidade essencial como resposta. A pesquisadora ressalta, no entanto, que depois da conquista do reconhecimento do caráter historicamente construído das categorias de gênero, classe e raça, elas não podem se tornar novas unidades essenciais. A desconstrução operada pela terceira geração de intelectuais feministas e o pós-colonialismo já demonstraram que não há nada no fato “ser mulher” que uma naturalmente as mulheres. Conforme argumenta Haraway, trata-se de uma categoria altamente complexa, formada por discursos científicos, sexuais e outras práticas sociais (HARAWAY, 2016, p. 47).

Haraway propõe um novo modelo de identidade política a partir das reflexões de Chela Sandoval sobre a categoria “mulheres de cor”, uma denominação que gera polêmica por suas origens mesmo entre aqueles que supostamente deveriam incorporá-la. Segundo Sandoval, não haveria nenhum critério essencialista que poderia identificar uma mulher de cor; elas seriam um grupo definido pela permanente apropriação da negação — estariam excluídas mesmo das categorias minoritárias como “mulheres e negros”. Tal identidade permitiria formar um espaço para uma “consciência de oposição”, que não tem como base nenhuma identificação supostamente natural, apenas “a coalização consciente, a afinidade e o parentesco político”.

É a partir dessa noção de uma consciência de oposição que Haraway formula o conceito de “afinidades eficazes”, formas de conexão imanente e autoconsciente, que assumem o caráter de um “parentesco político” provisório. De acordo com a autora, o objetivo seria aprender a forjar uma “unidade poético-política” que não reproduza uma lógica da apropriação, da incorporação e da identificação taxonômica (HARAWAY, 2016, p. 51). No lugar de apelar para uma suposta comunhão afetiva feminina que tenta

---

refazer um sujeito revolucionário que teria sido privado de sua consciência autêntica, as potentes experiências contemporâneas de conexão colaborativa entre mulheres poderiam reivindicar a afinidade política como base ética de ação, reconhecendo a impermanência e as contradições das identidades agenciadas na imanência das relações sociais. A irmandade pressupõe um laço elaborado numa instância superior antes que a consciência tivesse capacidade de ação; a empatia pressupõe uma ação prospectiva, fora do presente, de se colocar no lugar do outro; já a afinidade pressupõe o reconhecimento do outro como a origem profana de todas as ligações afetivas e recoloca na imanência e na contingência do presente as possibilidades de ação e movimento em comum.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-29, jul./dez. 2009.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1995. v. V.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. In: TADEU, Tomaz. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SOUZA, Babi. *Vamos juntas? O guia da sororidade para todas*. Rio de Janeiro: Galera Record, 2016.

VAZ, Paulo. Na distância do preconceituoso: narrativas de *bullying* por celebridades e a subjetividade contemporânea. *Galaxia* (online), São Paulo, n. 28, p. 32-44, dez. 2014.

\_\_\_\_\_; CARDOSO, Janine. Risco e retórica das imagens de sofrimento. *Devires*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 138-153, jul. dez 2011.